

Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia*

Regional agricultural statistics in Portugal (19th and 20th centuries): sources, problems and historiography

DULCE FREIRE**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Economia
dulce.freire@fe.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-2969-4440>

CARLOS MANUEL FAÍSCA***

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras
carlos.faisca@uc.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7501-021X>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2021

Abstract

The Portuguese historiography, following a European trend with several decades, has in recent years built long-term statistical series on the most diverse themes, thus enabling a greater accuracy of the interpretations of the past. Due to its high historical relevance, agriculture is one of the most pertinent themes, especially considering that, until the middle of the 20th century, it occupied the daily lives of

Resumo

Nos últimos anos, seguindo uma tendência europeia com várias décadas, a historiografia portuguesa tem construído séries estatísticas de longa duração para diversos indicadores económicos e sociais. Ainda que a agricultura seja uma das atividades historicamente mais relevantes, esses indicadores continuam a faltar. Resultando de uma longa pesquisa que tem tentado colmatar algumas das lacunas

*The research presented in this paper has been carried out in the framework of the ReSEED Project (reseed.uc.pt). It has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n°760090), and is hosted by the University of Coimbra, Centre of Interdisciplinary Studies (UIDB/00460/2020). This paper reflects only the author's view. The European Commission and European Research Council Executive Agency are not responsible for any use that may be made of the information it contains.

** Investigadora Principal do projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage* (grant agreement n°760090), Investigadora no Centro de Estudos Interdisciplinares e Professora Auxiliar na Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra.

*** Bolsheiro de pós-doutoramento do projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage* (grant agreement n°760090), Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares, Professor Auxiliar Convocado na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

the majority of the Portuguese people. In this article we present the most recent historical series of agricultural statistics, detailing the archives and the sources that were the basis for their construction. In addition to expose these statistics, we intend to stimulate further investigations that can broaden the chronology, the products and the themes of the historical series of the Portuguese agricultural statistics. Therefore, we present a historical contextualization of the production of the Portuguese agricultural statistics, followed by a source guide and several suggestions for future research in different archives and sources. With this effort we aim to stimulate further research that, hopefully, will contribute to deepening the historical knowledge about Portuguese agriculture.

Keywords: Agriculture; Agricultural statistics; Portugal.

identificadas, apresentam-se as primeiras séries de produção agrícola regional para Portugal Continental. A análise começa no século XIX, quando os serviços oficiais passaram a recolher sistematicamente alguns dados estatísticos. O artigo está focado no processo de produção destas fontes históricas, avaliando como as mudanças no enquadramento institucional e nos objetivos do Estado podem ter influenciado a qualidade dos dados existentes para cada região. Seguidamente, traça um roteiro dos fundos documentais guardados e disponíveis nos arquivos nacionais e distritais, facilitando o desenvolvimento de futuras investigações.

Palavras-chave: Agricultura; Estatística Agrícola; Portugal.

Introdução

As estatísticas definem as tendências e influenciam as decisões políticas em muitas áreas da vida coletiva, como a economia. Basta recordar a importância dada ao Produto Interno Bruto para classificar o desenvolvimento dos países, um indicador construído a partir de dados recolhidos e analisados por serviços devidamente credenciados por entidades nacionais ou internacionais. Esta orientação tem sido associada à consolidação da estatística enquanto disciplina autónoma, verificada na segunda metade do século XX¹. Todavia, a estatística não está apenas a configurar as perceções sobre o presente, mas também a contribuir para reinterpretar o passado, suportando leituras agregadas das tendências do crescimento económico para cronologias cada vez mais longas. Desenvolver análises estatísticas, sobretudo para períodos anteriores ao século XX, exige que se considerem dados com origens diversas, muitas vezes com lacunas e que foram produzidos e/ou coligidos com critérios variáveis.

Neste contexto, este artigo tem dois objetivos principais. Por um lado, visa contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as circunstâncias em que foram produzidos dados estatísticos em Portugal durante os séculos XIX e XX. Esta indagação implica considerar as mudanças no funcionamento do Estado, tendo em conta a articulação dos serviços centrais e desconcentrados. Por outro lado, esclarece-se como foram construídas as primeiras séries regionais contínuas de produção agrícola portuguesa² para 150 anos. A importância de conhecer as variações da produção regional decorre de a agricultura ser uma atividade que depende das condições agroecológicas locais e, também, de ter sido o principal setor económico em Portugal até à segunda metade do século XX³. E, como esse passado agrícola e alimentar está a ganhar crescente relevância em processos locais de reconstrução identitária e justificação de várias atividades económicas, torna-se ainda mais pertinente alargar o conhecimento sobre essas heranças⁴.

¹ Ver Fernando de Sousa, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995; e Rui Santos, *A Estatística Tem uma História*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estatística, 2013.

² Parte da pesquisa foi realizada no âmbito do projeto *Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-PTDC/HIS-HIS/122589/2010) e coordenado por Dulce Freire (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012-2015). As séries estão disponíveis em: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/>

³ Para uma síntese desse percurso ver Dulce Freire and Pedro Lains, *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, Leiden, Brill, 2017.

⁴ Sobre estas heranças, ver, por exemplo, Monica Truninger and Dulce Freire, “Unpacking the Mediterranean Diet: agriculture, food and health” in Nuno Domingos, José Manuel Sobral and

A partir deste caso, sublinha-se a relevância de construir séries que suportem análises desagregadas, permitindo compreender os impactos locais das diversas atividades económicas.

Ainda que a análise das tendências da História Económica das últimas décadas indique que continuam a prevalecer os estudos relacionados com a designada revolução industrial inglesa e de outras economias centrais⁵, têm-se multiplicado as análises sobre países e regiões menos bem-sucedidas⁶. Nesta renovação de perspetivas, tem-se produzido investigação mais abrangente e coesa, que procura documentar as fontes endógenas relacionadas com o crescimento e a estagnação, tanto nas regiões centrais, como nas periferias europeias. Considera-se que, para compreender as condições de expansão e as diferentes velocidades das economias, é necessário responder a uma variedade mais alargada de questões, explorando tanto os séculos anteriores à industrialização, como as regiões que se tornaram periféricas.

Contudo, ao atraso económico da periferia europeia corresponde, frequentemente, um certo atraso historiográfico⁷ que se materializa, também, na inexistência ou na insuficiência de séries estatísticas que permitam uma maior solidez das interpretações. Portugal não é exceção. Verifica-se que acesso a dados quantitativos, que documentem aspetos com relevância económica e social, tem surgido com alguns anos de atraso em relação a outros países. Assim, por exemplo, em França o uso de métodos quantitativos é uma das propostas inovadoras do movimento dos *Annales*, cujos primeiros trabalhos são da década de 1930⁸. Já nos Estados Unidos da América, desde a década de 1950 que o estudo do passado recorre frequentemente a dados quantitativos⁹. A investigação quantitativa,

H. West, *Food between the country and the city: ethnographies of a changing global foodscape*, London, Bloomsbury, 2014, p. 191-206; Elisabete Figueiredo, “Rural Provenance Food as Cultural Heritage: a way of promoting territorial development?” in L. Oliveira, A. Amaro and A. Melro, *Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development*, Hershey, IGI Global, 2021, p. 114-137.

⁵ Martina Cioni, Giovanni Federico and Michelangelo Vasta, “The long term evolution of economic history: evidence from the top five field journals (1927-2017)”, *Cliometrica*, 14 (2020), p. 1-39.

⁶ Dulce Freire and Pedro Lains, “Introduction” in D. Freire and P. Lains (ed.), *An Agrarian...*, cit., p. 1-9.

⁷ José Luís Cardoso, “Entrevista a Jaime Reis”, *Análise Social*, XLVI, 200 (2011), p. 494.

⁸ Patrice Bourdelais, “French Quantitative History: Problems and Promises”, *Social Science History*, 8, 2 (1984), p. 179-192. Tratava-se da chamada História Serial à qual, mais tarde, se irá contrapor a História Quantitativa, termo usado pela segunda geração dos *Annales*, nomeadamente, por Labrousse e Braudel.

⁹ Louis P. Cain and Robert Whaples, “Economic History and Cliometrics” in Robert Whaples and Randall E. Parker (eds.), *Routledge Handbook of Modern Economic History*, London; New York, Routledge, 2013, p. 3-14.

muito por iniciativa do norte-americano Simon Kuznets, alarga então o espectro internacional, sobretudo a partir de 1956. Neste ano, o *Social Science Research Council* cria um fundo especial para apoiar a recolção de dados históricos quantitativos. Os primeiros resultados, apresentados em 1959, cobrem nove países europeus, mas com a ausência de Portugal¹⁰. A par da agenda historiográfica, para esta situação tem contribuído também a dificuldade em reunir os dados, quer porque não foram sequer recolhidos na época, quer porque a documentação histórica desapareceu ou continua inacessível. Apesar disto, o estudo da História de Portugal conta já com o auxílio de diversas séries estatísticas construídas (ou reconstruídas) recentemente e que podem abranger vários séculos do passado nacional¹¹.

Para Portugal, vislumbra-se incontornável aprofundar o conhecimento histórico sobre a agricultura, quer em termos macroeconómicos, quer nas trajetórias regionais e locais. Até meados do século XX, o setor foi o maior contribuinte para o Produto Interno Bruto e, até meados da década de 1960, deu ocupação à maior parte da população ativa e foi o principal dinamizador económico e social nos territórios rurais¹². No setor agrícola, à semelhança do que ocorreu em outros países, uma das primeiras preocupações historiográficas foi a determinação da evolução da produção, ou seja, o que se produzia, em que locais e em que quantidades. Essas análises foram confrontadas com a escassez e/ou o pouco rigor das informações disponíveis, exigindo o desenvolvimento de diferentes metodologias de recolha e análise dos dados¹³. Como se refere mais adiante, em parte essa escassez de dados está relacionada, quer com a emergência do “pensamento estatístico”, quer com as condições de inserção das tarefas relacionadas com a recolha e tratamento de dados quantitativos no funcionamento dos diversos serviços do Estado.

¹⁰ Jean Marczewski, *Introduction à l'Histoire Quantitative*, Genève, Librairie Droz, 1965, p. 41-43. Países europeus representados: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Jugoslávia.

¹¹ Além das séries sobre agricultura, refiram-se, entre outras, as séries de preços, salários e rendas decorrentes do projeto Prices, Wages and Rents in Portugal, 1300-1900 (PTDC/HIS-HIS/123046/2010).

¹² Pinheiro et al., *Séries Históricas Anuais para a Economia Portuguesa no período pós-Segunda Guerra Mundial*, Vol. I - séries estatísticas, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

¹³ Por exemplo, Albert Silbert na tese de doutoramento (defendida em 1966 e publicada em 1978), apesar de apresentar dados quantitativos, estes cobrem cronologias relativamente curtas. A determinação da geografia da produção de trigo e centeio no Alentejo baseia-se na produção de um único ano: 1823. Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de L'Ancien Régime: Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, p. 487-489. A escassez destes dados na História Económica de Portugal é salientada por Jaime Reis em 1986, já 30 anos depois destes estarem generalizados em muitos países europeus. Jaime Reis, “A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice”, *Análise Social*, XXII, 94 (1986), p. 903-928.

Apesar de tudo, nos últimos anos têm sido disponibilizadas séries que visam abranger períodos históricos cada vez mais longos. Após a publicação de dados parciais ou correspondendo a cronologias curtas¹⁴, no final do século XX foi disponibilizada a primeira estimativa da produção agrícola nacional abrangendo toda a segunda metade do “longo” século XIX¹⁵. Esta série juntou-se aquela que já existia para o século XX, alargando a cronologia macroeconómica das análises.

Mais recentemente, no âmbito da execução o projeto *Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)*¹⁶, foram construídas duas séries estatísticas com a produção agrícola portuguesa, abrangendo entre meados do século XIX e inícios do século XXI. A primeira, apresentando a produção agrícola agregada a nível nacional, propôs-se completar, atualizar e alargar o âmbito cronológico das séries já existentes.

A segunda, corresponde a uma nova forma de apresentar a agricultura portuguesa, pois a produção agrícola surge agrupada regionalmente. Ainda que há muito se reconheçam as especificidades regionais e mesmo locais da agricultura em Portugal, faltavam representações quantitativas que contribuíssem para aprofundar a análise histórica de cada caso e, também, facilitassem a comparação. A construção de séries regionais de produção agrícola, discriminando os diferentes produtos e abrangendo 150 anos, exigiu a construção de uma metodologia de pesquisa específica e a resolução de diversos problemas interpretativos. Neste artigo apresentam-se e discutem-se esses procedimentos.

A pertinência em se analisar a agricultura do ponto de vista regional tem, pelo menos, duas justificações sólidas. Primeiro, a história das desigualdades económicas e sociais do território português (e ibérico), que tem suscitado diversos estudos com carácter regional¹⁷. Ora, nenhuma análise económica e

¹⁴ David Justino, *A formação do espaço económico nacional*, Lisboa, Veja, 1989; Conceição Andrade Martins, “A filoxera na vitivinicultura nacional”, *Análise Social*, XXVI, 112-113 (1991), p. 653-688; Helder Fonseca, *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

¹⁵ Pedro Lains e Paulo Silveira e Sousa, “Estatística e produção agrícola em Portugal: 1848-1914”, *Análise Social*, XXXII, 149 (1998), p. 935-968.

¹⁶ As informações sobre este projeto estão disponíveis em: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/>

¹⁷ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey: Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950”, *Journal of Transport History*, 29, 2 (2008), p. 173-192; Luís Espinha da Silveira, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima e Josep Puig-Farré “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História*, 61 (2011), p. 7-37; Marc Badia-Miró, Jordi Guilera e Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 30, 2 (2012), p. 225-244; Carlos Manuel Faisca, “Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio

social de longo prazo pode ignorar o setor agrícola pela predominância que este teve até às últimas décadas do século XX. Segundo, apesar de corresponder a um território relativamente pequeno com pouco mais de 90.000 km², Portugal apresenta grande heterogeneidade agroecológica e económico-social. De facto, as diferenças climáticas, por exemplo, entre o Minho e o Algarve, influenciaram as disparidades nas práticas agrícolas, a desigual distribuição da propriedade entre o Norte e o Sul do Tejo ou os ritmos de disseminação de inovações agrícolas. A disponibilização de dados de produção agrícola com uma organização regional torna-se, assim, uma mais valia inestimável para compreender as dinâmicas diferenciadas da agricultura regional e, conseqüentemente, de grande parte da economia portuguesa¹⁸.

Contribuindo para consolidar o conhecimento sobre essas dinâmicas regionais, depois desta introdução, neste artigo traça-se a trajetória da produção de estatística agrícola oficial em Portugal, contextualizando as condições históricas em que os dados foram coletados. Seguidamente, descrevem-se as fontes, os fundos e os arquivos que se mostraram mais úteis na recolha de dados, sobretudo para o período em que persistem mais lacunas (a segunda metade do século XIX). Referem-se, também, os obstáculos encontrados e a forma como foram superados, ambicionando que outros investigadores, conhecendo estas opções e os caminhos tomados, possam aprofundar a pesquisa. Excluiu-se o século XX desta descrição porque, como se sublinha, está melhor documentado, sobretudo após a publicação de estatísticas retrospectivas por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE). Depois apresentam-se e justificam-se os critérios que orientaram a construção destas séries regionais. Por último, nas conclusões, salientam-se as potencialidades de aprofundamento, alargamento e diversificação das séries estatísticas regionais, reafirmando a necessidade de conjugar contributos de diferentes proveniências para melhorar a qualidade dos dados. No conjunto, deseja-se que este artigo, e o trabalho de coleta e análise de dados que lhe está subjacente, possa fomentar novas investigações.

bibliográfico”, *História - Revista da FLUP*, IV, 3 (2013), p.201-206; Joan Ramón Rosés and Nikolaus Wolf (eds.), *The Economic Development of Europe's Regions: A quantitative History since 1900*, London, Routledge, 2019 (com capítulos sobre Espanha e Portugal).

¹⁸ Estas séries têm sido utilizadas em várias obras, como Dulce Freire, “Como alimentar Portugal? Produção Agrícola desde 1850” in João Ferrão e Ana Horta (ed.), *Ambiente, Território e Sociedade. Novas Agendas de Investigação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 135-142; Dulce Freire e Pedro Lains (eds.), *An Agrarian...*, cit.; Dulce Freire, “Changing the olive oil value chain: Food Regime and Development in Portugal” in Monica Trünninger et al. (eds.), *Transforming the rural: Global processes and local futures*, United Kingdom, Emerald Publishing Limited, 2017, p. 197-220; Carlos Manuel Faisca, “A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem”, *Revista de Estudios Económicos y Empresariales*, 31 (2019), p. 39-64.

1. Estatística agrícola em Portugal: produzir e analisar

A implementação de mecanismos para conhecer os diferentes aspetos do território que administra está no âmago do Estado moderno. No processo de alargamento e consolidação do Estado, a quantificação de indicadores económicos e sociais (como população, produção agrícola ou impostos cobrados) foi uma das prioridades, ganhando crescente relevância na definição de estratégias de ação dos diferentes poderes públicos. A génese destas preocupações modernas de quantificar tem sido situada entre os séculos XVI e XVII, revelando-se primeiro nos meios científicos como instrumento de pesquisa¹⁹, tornando-se depois uma das atribuições do Estado e um suporte da ação governativa²⁰.

Em Portugal, é possível reportar as primeiras preocupações de quantificar dados económicos e sociais aos finais do século XV, aquando das tentativas de contabilização da população residente no Reino, nomeadamente, no reinado de D. Afonso V, em 1475²¹. Nos séculos seguintes, outras iniciativas com algum pendor estatístico foram lançadas, como o Numeramento, em 1527, ou as Memórias Paroquiais, em 1758. Esta última insere-se já num período de reforço do poder central, acentuado a partir da ação do Marquês Pombal, quando o conhecimento do território e a inventariação de recursos disponíveis se tornaram eixos mais relevantes para orientar as decisões governativas²². Boa parte desse trabalho foi confiado aos Engenheiros Militares, como exemplificam as obras de Sande de Vasconcelos sobre o Algarve, apresentando dados quantitativos sobre a economia regional²³. Neste contexto, a promulgação, em 1790, da Lei da Reforma das Comarcas levou à produção de um vasto corpo de informações estatísticas sobre as diferentes regiões portuguesas, novamente a partir do trabalho da Engenharia Militar²⁴. Um pouco mais tarde surge, em

¹⁹ J. Adam Tooze, *Statistics and the German State, 1900-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, p. 1-2.

²⁰ Esta questão é, por exemplo, tratada em James C. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven, Yale University Press, 1998.

²¹ Teresa Ferreira Rodrigues e Maria João Guardado Moreira, “A quantificação das almas” in Teresa Ferreira Rodrigues (Coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2009, p. 143.

²² João Maria de Vasconcelos Piroto, Aniceto Afonso e José Vicente Serrão, *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)*, Lisboa, 2003, p. 62.

²³ Um caso paradigmático será o *Mappa Geral de Diferentes Objectos e Noticias do Reyno do Algarve* que contém dados numéricos relativos à situação económica do Algarve em 1788.

²⁴ Luís Miguel Moreira, “Lousada em finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica”, *Oppidum*, 10, 9 (2016), p. 97-114.

1801, o primeiro Censo da população. Dessas experiências, que estão em consonância com as tendências verificadas em outros Estados do Ocidente²⁵, resultaram informações que, apesar das lacunas, permitem vislumbrar algumas das diferenças regionais que caracterizavam o Reino.

De facto, no panorama internacional, ainda que tenha havido experiências anteriores, “foram as revoluções de finais do século XVIII que deram forma aos serviços oficiais de estatística como hoje os conhecemos”²⁶. Os primeiros serviços do género foram criados nos Estados Unidos da América em 1787, seguindo-se nos inícios do século XIX a emergência de vários na Europa: França 1800, diversos estados germânicos entre 1805 e 1820, Holanda em 1826. Na década de 1830, estes novos serviços multiplicaram-se (Bélgica 1831, Reino Unido 1832, Dinamarca 1833, Rússia 1834, Noruega 1837) e outros foram apenas criados bastante mais tarde (por exemplo, Finlândia em 1865 e Espanha 1873). Em Portugal, foi após a implantação da Monarquia Constitucional, na sequência da Revolução de 1820, que a orgânica do Estado dispôs de uma entidade dedicada exclusivamente à recolha estatística. Corria o ano de 1836 quando se criou, na dependência do Ministério do Reino, a Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino. Neste âmbito, o país estava assim a acompanhar o movimento Europeu.

Ainda que a atuação desta Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino seja pouco conhecida, sabe-se que se procedeu à promulgação de diversa legislação que determinou a recolha de dados estatísticos incluindo os de cariz agrícola²⁷. Verifica-se que a lógica da construção estatística então delineada irá perdurar até, pelo menos, aos primeiros anos da Ditadura Militar (1926-1933), não obstante as várias mudanças nos organismos responsáveis pelo processo²⁸.

Assim, desde a década de 1830, encontrava-se estabelecido um fluxo hierárquico piramidal que, a partir de Lisboa, articulava a Administração Central, com as Administrações Centrais Desconcentradas de nível distrital e com as Administrações dos Concelhos²⁹. Inicialmente, nos serviços centrais, a tutela

²⁵ Stuart Wolf, “Statistics and the Modern State”, *Comparative Studies in Society and History*, 31, 3 (1989), p. 588-604.

²⁶ J. Adam Tooze, *Statistics...*, cit., p.2.

²⁷ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção de Estatística Agrícola e a Construção do Estado Liberal em Portugal 1834-1926”, *Estudos e Relatórios do ICS* (2014), p. 9-11.

²⁸ Por exemplo, a Administração do Concelho de Tavira produziu estatística agrícola que remeteu ao Governo Civil de Faro até 1927. As administrações do concelho foram extintas em 1936 (Decreto-Lei n.º 27 424, de 31 dezembro). Município de Tavira, *A Administração do Concelho de Tavira: inventário e contributos para o seu estudo*, Tavira, Município de Tavira, 2018, p. 103.

²⁹ Uma descrição da evolução dos organismos responsáveis pela estatística agrícola até ao Estado Novo encontra-se em Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit..

pertencia ao Ministério do Reino, passando mais tarde para o Ministério das Obras, Públicas, Comércio e Indústria. Os serviços ministeriais faziam a ligação ao distrito, divisão administrativa criada em 1836. Essa ligação começou por ser estabelecida com os Governos Cívicos, cabendo ao governador civil reunir os dados a nível concelhio na respetiva circunscrição e enviá-los para a tutela em Lisboa. A partir de 1885, essa ligação passou a ser feita com as Comissões Distritais de Estatística, as quais recorriam ao novo cargo de agrónomo distrital para acolher e organizar os dados locais enviados para os serviços centrais. Em qualquer dos casos, na base desta hierarquia de competências estavam as Administrações do Concelho, cabendo-lhes enviar os dados estatísticos recolhidos localmente para uma ou outra autoridade distrital. Assim, à semelhança do que começou por acontecer em outros casos europeus, a recolha dos dados estatísticos acabava por assentar em grande parte na ação dos notáveis locais, que não tinham uma formação específica para exercer essas funções.

Esta organização dos serviços teve consequências nas modalidades de recolha dos dados e, como se refere mais adiante, devido à forma como decorre hoje o acesso a esta documentação histórica, continua a influenciar a construção de séries estatísticas disponíveis. Sabe-se que esta orgânica já estava estabelecida legalmente em 1837, quando uma portaria governamental determinava a contabilização da produção e do consumo de cereais a nível distrital³⁰. No entanto, esta informação não foi, até ao momento, encontrada, pelo que datam da década de 1840 os primeiros dados quantitativos conhecidos sobre a produção agrícola regional.

Os diferentes organismos centrais, que ao longo do século XIX foram responsáveis pela estatística agrícola, só esporadicamente publicaram estatísticas de âmbito nacional. Foi o caso, para a década de 1840, dos *Relatórios do Ministério dos Negócios do Reino* há muito refletidos nos trabalhos de David Justino³¹, e, um pouco mais tarde, dos *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública*, publicados pela Imprensa Nacional, entre 1857 e 1865³². Posteriormente, é publicado, pela primeira vez em 1877, o *Anuário Estatístico de Portugal*, mas referente ao ano de 1875³³. Contudo, ao contrário do que seria expectável, esta publicação não apresenta qualquer tipo de estatística agrícola. Foi necessário esperar por novo número desta publicação em 1886, mas referente a 1884, para

³⁰ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 11.

³¹ David Justino, *A formação...*, cit..

³² Portugal, *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857-1868.

³³ Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal: 1.º anno*, 1875, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

se encontrar uma nova compilação da estatística agrícola portuguesa. Logo na introdução, a Repartição de Estatística³⁴ reconhece não ter conseguido cumprir a sua missão na edição de 1875³⁵, que inclui dados relativos ao aproveitamento calculado e útil dos elementos que a natureza proporciona, isto é, a agricultura³⁶. Apesar da periodicidade que o título desta publicação pressupõe, a verdade é que o documento só voltou a ser publicado para mais três anos do século XIX (1885, 1886 e 1892). Além dos anos em falta, na edição relativa a 1885 não existem quaisquer dados para cinco distritos, pois os respetivos Governos Civis não os enviaram atempadamente³⁷. Já nos *Anuários* dos anos de 1886 e 1892 não se encontram dados de produção para além dos vinícolas.

A inexistência de publicações não significa que o sistema de recolha não funcionasse e, de facto, existem várias evidências de que assim ocorria. Em primeiro lugar, é de referir algumas publicações a nível distrital, encontrando-se entre as mais notórias os *Annaes Agrícolas*, editados pelos Conselhos de Agricultura Distritais. Conhecem-se, entre meados da década de 1870 e da de 1880, *Annaes Agrícolas* relativos aos distritos de Bragança, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre e Porto³⁸. Em segundo lugar, mesmo nas publicações periódicas da responsabilidade da Administração Central, como o *Arquivo Rural*, encontram-se, de forma algo isolada, estatísticas agrícolas de âmbito distrital e local. Por último, e quiçá a maior prova de funcionamento do sistema, são as informações contidas nos fundos documentais disponíveis. A nível distrital nos fundos dos Governos Civis, existentes em diferentes Arquivos Distritais. A nível central, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde se guardam os fundos do Ministério do Reino e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que superintenderam os organismos responsáveis pela recolha estatística, e do Ministério da Agricultura, que herdou

³⁴ A Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria era, desde 1859, o organismo responsável pela estatística do Estado. Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 16.

³⁵ Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. I.

³⁶ Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário...*, cit., p. X.

³⁷ Tratam-se dos Distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Horta. Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. VIII.

³⁸ Por exemplo, os *Annaes Agrícolas* do Distrito de Portalegre foram publicados anualmente entre 1878 e 1886.

esse tipo de documentação³⁹. Nos arquivos municipais também poderá existir a documentação relacionada com este âmbito de atividade das administrações dos concelhos, ainda que esses fundos não tenham sido considerados nesta investigação⁴⁰.

Fig. 1 – Mapa da produção agrícola do Distrito de Leiria.

Dist. Leiria

Mapa demonstrativo da produção cerealífera do ano findo em 31 de dezembro de 1880.

Concelhos	Cerealia					Leguminosae					Faberaceae		Observações		
	Trigo — hecetares	Milho — decalitros	Centeio — decalitros	Cevada — decalitros	Aviã — decalitros	Grão de leão — decalitros	Faba — decalitros	Ervilha — decalitros	Sofrelo — decalitros	Trincoço — decalitros	Bata — decalitros	Inhame — decalitros			
Alcobaça.....	139-676	337-569	1-800	23-905	860	90	4-060	1-809	*	2-700	13-450	0-7740	*	Prota realmeço nos muros de Leiria e de Alcobaça, pois que não possui regis- tro nas bases do censo.	
Alcoenturas.....	3-587	4-350	112	1-225	175	62	25	73	60	*	312	1-025	*		
Alvaiade.....	5-639	3-029	456	5-125	213	13	118	30	12	*	213	937	*		
Batalha.....	7-048	90-060	238	8-161	5-62	20	1-125	773	134	*	23	1-157	4-503	*	
Castela de Ribiz.....	12-115	190-630	200	11-312	410	63	1-950	629	56	*	4-559	10-850	*		
Figueiró dos Vinhos.....	1-880	125-900	6-500	1-602	*	30	180	*	*	120	100	650	*		
Leiria.....	11-010	731-907	1-910	6-319	1-291	10	1-683	370	391	*	10-295	431-619	*		
Olhão.....	232-600	312-800	2-250	62-000	1-230	30	4-190	0-960	3-350	*	39-800	715-000	8-350		
Ponte de Leiria.....	4-612	93-500	1-00	13-500	48	20	595	20	18	*	877	15-120	*		
Pedregal Grande.....	1-340	95-120	10-100	4-580	210	10	20	*	30	*	120	9-000	*		
Ponte de Leiria.....	16-172	11-950	3-200	6-570	587	20	1-10	615	37	*	1-650	8-500	*		
Porto de Mós.....	10-000	130-000	*	7-000	*	10	300	200	30	*	9-000	10-000	*		

Leiria: 1 de agosto de 1881. — O Intendente de Ferreira, *Relatório da Produção*.

Fonte: *Annaes Agricolas* 1881⁴¹.

Mostrando a relevância que os dados estatísticos estavam a assumir em Portugal, a par do funcionamento destes serviços, outras estratégias foram implementadas. Em simultâneo, outros agentes da administração pública, envolvidos em diferentes projetos, acabaram por produzir estatísticas agrícolas, ainda que abrangendo parcialmente o território nacional. Foi o caso dos trabalhos realizados pela Comissão Geológica e Mineralógica do Reino, chefiada por Charles Bonnet, que recolheu as mais diversas informações de cariz agrícola,

³⁹ Ainda que só tenha sido criado em 1918, o fundo do Ministério da Agricultura existente no ANTT inclui documentação da Direcção-Geral de Agricultura, criada em 1886. Sobre as mudanças nesta tutela, ver Ana Margarida Rodrigues, *Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da agricultura (1918-2013): Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2013.

⁴⁰ Em alguns fundos dos Governos Civis guardados nos Arquivos Distritais, como em Bragança, existem mapas com as produções agrícolas concelhias remetidas para o Governador Civil. O mesmo acontece no fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (subfundo Direcção-Geral de Agricultura), existente no ANTT.

⁴¹ Conselho de Agricultura do Districto de Leiria, *Annaes Agricolas do Districto de Leiria*, Leiria, Conselho de Agricultura Districtal, 1881.

sobretudo para o Alentejo, com o objetivo final de publicar a *Carta Física e Geológica de Portugal*⁴². Tratava-se da continuação do trabalho que este Engenheiro de origem francesa tinha efetuado para o Algarve e que fora apresentado ao governo em 1848⁴³. Ainda que a *Carta Física e Geológica de Portugal* não tenha sido concluída, sabe-se que a atividade desta comissão gerou dados estatísticos que, provavelmente, se encontram dispersos por diferentes arquivos portugueses. É o caso, por exemplo, de documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, referindo a produção agrícola e florestal daquele concelho, para o ano de 1851, que resultou do trabalho dessa comissão. Assim, é possível saber, para aquele ano e território, a produção de cereais (trigo, milho e centeio), azeite, cortiça, lenha e bolota⁴⁴.

Volvidas três décadas, a equipa liderada por Gerardo Pery, Engenheiro Militar responsável por elaborar a *Carta Agrícola de Portugal*, procedeu a intensas recolhas estatísticas novamente com ênfase o Alentejo. Apesar de esta carta ser mais um projeto inacabado⁴⁵, algumas estatísticas foram publicadas em monografias⁴⁶, durante a década de 1880, ou no *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, na década de 1890⁴⁷. É provável que nem todos os resultados do trabalho chefiado por Pery tenham sido publicados, podendo existir na ANTT documentação ainda incógnita associada a esse projeto. É o caso, por exemplo, da monografia agrícola sobre Santiago do Cacém⁴⁸, datada de 1894. Os fundos dos ministérios oitocentistas estão repletos de informações estatísticas de finais do século XIX que, aparentemente, nunca foram devidamente divulgadas, devendo continuar a ser explorados.

⁴² Vanda Leitão, *As primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004, Tese de Doutoramento, p. 58.

⁴³ Vanda Leitão, *As primeiras...*, cit., p. 58.

⁴⁴ Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, Administração do Concelho de Ponte de Sor, Correspondência expedida, 1851.

⁴⁵ A primeira Carta Agrícola foi publicada em 1902, já após a morte de Pery em 1893. Maria Helena Dias (coord.), *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*, Lisboa, Cosmos, 1995.

⁴⁶ Caso das monografias referentes aos concelhos de Beja, Cuba e Alvito, em três volumes debaixo do título Estatística Agrícola do Distrito de Beja. Gerardo Pery, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Vol. 1: concelho de Beja*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1883.

⁴⁷ Caso das estatísticas agrícolas referentes aos concelhos de Aljustrel, Moura e Portel, publicadas, respetivamente, no *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura* n.º 12 de 1890, n.º 15 de 1892 e n.º 2 de 1894.

⁴⁸ Documentação disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, NP 901, Documentos 1 e 19.

A partir de 1900, com a publicação quase contínua do *Anuário Estatístico de Portugal*, o panorama da estatística agrícola melhora substancialmente. Nesta primeira edição, a secção agrícola apenas contempla a vitivinicultura⁴⁹. Depois não será mais assim. Logo na edição referente a 1903, mas publicada em 1913, disponibiliza-se a produção agrícola, nacional e regional, para cereais, leguminosas, batatas, azeite, vinho, incluindo dados retrospectivos até 1901⁵⁰. A partir daqui, praticamente todos os anos serão cobertos, pois mesmo para aqueles em que o *Anuário*... não é publicado, os dados surgem retrospectivamente em edições posteriores⁵¹.

Esta melhoria significativa deve-se à criação, pouco depois da implantação da República, logo em 1911, da Direcção-Geral de Estatística, dependente do Ministério das Finanças. Este organismo foi o responsável pela publicação de estatística agrícola em quase todos os anos das décadas de 1910 e 1920. Durante a Primeira República, outras fontes foram surgindo, como o *Boletim do Ministério da Agricultura* (1919 a 1932). Todavia, neste *Boletim*... a informação estatística foi sendo publicada de forma bastante irregular⁵². As lacunas ainda existentes na publicação dos dados para os anos da Primeira República foram, finalmente, suprimidas em finais da década de 1960.

De facto, em 1968, foram publicadas nas *Estatísticas Agrícolas*, do Instituto Nacional de Estatística, tabelas retrospectivas de produção agrícola, abrangendo todo o período de 1915 a 1967⁵³. Deverá ter sido o acesso a documentação coeva que permitiu aos técnicos do INE reconstruir as séries para mais de 50 anos. Uma vez mais, depreende-se que o sistema de recolha estatística funcionava, mesmo quando os dados não foram publicados com regularidade.

O Instituto Nacional de Estatística surgiu em 1935, resultando da transformação da Direcção-Geral de Estatística, que a Primeira República tinha criado dentro do Ministério das Finanças. Acompanhando a tendência internacional da época para profissionalizar a coleta destes dados, a partir desta década, Portugal conta com uma agência oficial especializada na produção e no arquivo de estatísticas que o Estado considera relevantes. Quanto aos

⁴⁹ Portugal, Ministério da Fazenda, *Anuario Estatístico de Portugal 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. XV.

⁵⁰ Portugal, Ministério das Finanças, *Anuario Estatístico de Portugal 1903: Vol II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 110-113.

⁵¹ É o caso de 1920, cujos dados são publicados no *Anuário*... de 1921, ou 1918, em que a produção agrícola daquele ano está no *Anuário*... de 1919.

⁵² Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 44.

⁵³ Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Agrícolas e Alimentares 1967*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1968, p. 80-81.

dados agrícolas, a partir de 1943, este instituto produz anualmente até hoje as *Estatísticas Agrícolas*, bem como outras publicações com informações relevantes para analisar diversas dimensões do setor primário.

Assim, com as publicações da Direcção-Geral de Estatística, a inclusão das estatísticas agrícolas (a partir de 1901) no *Anuário Estatístico de Portugal*, as *Estatísticas Agrícolas* da responsabilidade do INE (desde 1943) e com a publicação (em 1968) dos dados retrospectivos a 1915, tornou-se, possível, finalmente, obter algumas séries contínuas para a agricultura portuguesa. Esta regularização da disponibilização de dados permite proceder, para o século XX, tanto a observações agregadas, para todo o país, como desagregadas por regiões. Ainda assim, como referido mais adiante, para incluir o século XX numa série contínua de longa duração foi necessário superar vários obstáculos decorrentes, quer das lacunas dos dados anteriores a 1901, quer das mudanças de critérios na recolha e/ou publicação dos mesmos verificadas desde meados do século XIX.

2. Séries de estatística agrícola para o século XIX: roteiro documental

2.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Seguindo as indicações decorrentes do estudo orgânico e funcional das entidades responsáveis pela coleta e publicação de dados estatísticos relacionados com a produção agrícola em Portugal, a pesquisa de documentação associada à ação dos serviços centrais com essa tutela centrou-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É neste arquivo que se encontram os principais fundos ministeriais produzidos durante o século XIX e, para alguns ministérios, também do XX. Assim, nestes fundos procuraram-se informações que foram enviadas desde os concelhos, através dos distritos, para os serviços centrais.

Neste arquivo nacional, percorreram-se exaustivamente alguns subfundos incluídos nos fundos do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, concretamente o subfundo Direcção-Geral de Agricultura; do Ministério da Agricultura, nomeadamente o subfundo Direcção-Geral de Economia e Estatística Agrícola; e o enorme e diversificado fundo do Ministério do Reino. Embora a norma arquivística vigente no início da década de 2010 de organização intelectual da informação obedecesse a um critério orgânico-funcional, na realidade, os dois primeiros fundos contêm documentação que em muito extravasa os limites cronológicos dos organismos que os designam. Assim, ainda que a Direcção-Geral de Agricultura só tenha sido criada em 1886, e o

Ministério da Agricultura em 1918, são frequentes as séries e subséries com extremos cronológicos que, no conjunto, são anteriores à fundação destes organismos. Note-se que ficou por explorar o fundo do Ministério da Fazenda/Finanças que, como se explicará, poderá conter documentação com importância para a agricultura, assim como para outras dimensões estatísticas da sociedade portuguesa de finais de oitocentos.

a) Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – subfundo Direção-Geral de Agricultura

Criado em agosto de 1852, foi no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que surgiu o primeiro serviço diretamente ligado à agricultura na orgânica do Estado português. Tratou-se da Repartição de Agricultura que, desde o início, esteve incumbida de proceder à produção de estatística agrícola. Ainda que este subfundo esteja intitulado como *Direção-Geral de Agricultura* que, como já referido, apenas foi criada em 1886, a data extrema inicial da documentação é 1852. Como está reunida no citado subfundo bastante documentação produzida pela Repartição de Agricultura, vislumbrou-se oportuno iniciar a pesquisa precisamente por aqui.

A pesquisa incidiu nas séries e subséries cuja designação deixava antever a existência de documentação com informação pertinente, como a série *correspondência relativa a estatística geral agrícola* ou a subsérie *avaliação de áreas e reconhecimento agrícola*. Mas incluiu também a exploração de diversas séries contendo correspondência trocada entre este Ministério, os governos civis e os serviços agronómicos regionais. Procurava-se verificar se estas organizações, sobretudo os governos civis, teriam continuado a enviar, tal como fizeram na década de 1850 e inícios da década de 1860, informações estatísticas à administração central, mas que por algum motivo, quiçá orçamental, esta tivesse deixado de publicar.

De facto, à semelhança do que acontece nos fundos dos Governos Civis depositados nos Arquivos Distritais, neste subfundo encontram-se numerosos manuscritos com dados estatísticos municipais. Estes dados são muito dispersos, apresentando grandes lacunas espaciais e temporais, o que torna muito difícil, tanto a agregação a nível municipal, como regional. Todavia, uma pesquisa sistemática destes dados, cruzando-os com os que existem nos fundos dos Governos Civis dos Arquivos Distritais e com os guardados nos Arquivos Municipais, poderá revelar informações importantes para fazer a história da agricultura e da alimentação desde perspetivas locais.

Ainda assim, alguns documentos encontrados entre esta correspondência forneceram uma visão de conjunto e, particularmente, um manuscrito⁵⁴ permitiu completar todos os hiatos até então existentes na década de 1860. Este apresenta a produção agrícola de 14 produtos⁵⁵, entre 1861 e 1870, agregada em torno dos 17 distritos de Portugal Continental existentes à época, acrescidos ainda dos 4 distritos relativos aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. No entanto, não é indicado nem o produtor da informação, nem as unidades de volume e/ou peso com que são apresentados os dados, nem tão pouco a forma como se procedeu às respetivas recolhas, pelo que a fiabilidade dos dados estatísticos é, à primeira vista, bastante frágil. A análise desses dados revelou que estes eram perfeitamente plausíveis, por comparação com alguns valores já conhecidos na historiografia, como também se mostraram iguais aos apresentados por alguns relatórios publicados na época por diferentes Governos Cívicos. Por exemplo, a produção do distrito de Portalegre para 1870 é igual à encontrada numa publicação daquele Governo Civil existente no fundo do Ministério do Reino, o mesmo se verificando com o relatório do Governador Civil da Horta, para 1863. Assim, o processo de crítica das fontes permitiu validar o documento e utilizar esta importante informação.

b) Fundo do Ministério da Agricultura, subfundo da Direção Geral de Economia e Estatística Agrícola

No fundo do *Ministério da Agricultura* e, mais concretamente, no subfundo da *Direção Geral de Economia e Estatística Agrícola* encontram-se diversas séries e subséries que remontam cronologicamente ao final do século XIX e que, portanto, deveriam estar integradas no fundo do *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. São, entre outros, os casos das séries *correspondência com os Governos Cívicos* (1892-1905); *mapas de consumo e produção agrícola* (1890-1921); *boletins agrícolas* (1854-1886). Contudo, apesar de títulos promissores, ao contrário do subfundo da *Direção-Geral de Agricultura*, a pesquisa revelou-se, quase sempre, infrutífera. Recolheram-se apenas alguns dados contendo preços e salários agrícolas. Todas as estatísticas de produção e consumo alimentar apresentaram-se bastante parcelares, quer quanto ao âmbito geográfico, restringindo-se apenas ao

⁵⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, NP 970, Doc. 26.

⁵⁵ Entre os produtos apresentados estão os principais cereais (Milho, Trigo, Centeio, Cevada e Aveia), leguminosas (Feijão, Fava, Grão-de-Bico, Ervilha, Lentilha, Tremoço e Chicharo) e tubérculos (Batata e Inhame).

espaço concelhio, quer em relação à duração temporal, já que, frequentemente, indicavam apenas alguns resultados mensais.

c) Fundo do Ministério do Reino

O papel central que o Ministério do Reino desempenhou na administração do Estado português oitocentista justificou a pesquisa neste fundo. Por exemplo, na orgânica deste foi criado, em 1836, o primeiro serviço oficial de estatística, a já mencionada Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino. Adicionalmente, nos termos do artigo 209.º do Código Administrativo de 1842, em vigor até 1878, os governadores civis estavam obrigados a apresentar no primeiro dia da sessão anual da Junta Geral de Distrito, um relatório sobre o estado do Distrito, que incluía uma secção dedicada à agricultura, aí apresentando por vezes dados estatísticos⁵⁶. Foi, precisamente, por se terem encontrado novos dados em alguns destes relatórios que se avançou mais um pouco na construção das séries estatísticas regionais. Destacam-se, apenas, dois casos: um relatório sobre o distrito de Portalegre⁵⁷ e um outro dedicado ao distrito de Viseu⁵⁸. O primeiro, publicado em 1878, fornece os valores da produção distrital para 13 produtos⁵⁹, com dados retrospectivos que remontam a 1867. Este relatório, conjuntamente com a informação reunida por Paulo Silveira e Sousa⁶⁰ e aquela que já tinha sido recolhida no fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, permite que este distrito tenha séries bastante completas para os principais produtos agrícolas. Já o relatório sobre Viseu apresenta as mesmas características do anterior, contudo, não dispõe de dados retrospectivos, pelo que se limita a manifestar a produção agrícola distrital de 1877.

As condições de pesquisa neste fundo apresentam algumas particularidades. Tratando-se de um fundo com mais de 10 mil unidades de instalação (a designação arquivística para o que vulgarmente se refere por caixas ou maços), a pesquisa só se pode realizar de uma forma minimamente eficaz se algum instrumento de descrição documental indicar, com uma margem de erro relativamente reduzida, onde se podem encontrar estes relatórios. Como para

⁵⁶ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 11.

⁵⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 2568, Processo 754.

⁵⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 2568, Processo 749.

⁵⁹ Entre os produtos apresentados estão os principais cereais (Milho, Trigo, Centeio, Cevada e Aveia), leguminosas (Feijão, Fava, Grão-de-Bico, Ervilha, Lentilha, Tremoço e Chicharo) e Inhame.

⁶⁰ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit..

este fundo não existe este nível de descrição nos instrumentos de recuperação de informação, a pesquisa afigura-se bastante complicada. Não havendo outra forma de orientar o investigador na pesquisa nestes milhões de documentos produzidos pela atividade deste Ministério, para uma parte foi possível recorrer aos registos de entrada de correspondência elaborados, à época, pelos próprios funcionários da 2ª Repartição do Ministério do Reino. Mas estes registos, apenas se encontram descritos para o período entre 1870 e 1884, na série *correspondência recebida* da subsecção *2ª Repartição em 1870*. Note-se que para as datas posteriores e para outras séries, os serviços do Arquivo Nacional da Torre do Tombo não dispõem da respetiva relação realizada na época, nem procederam à elaboração de um qualquer instrumento de pesquisa que permita aceder aos documentos que estão na maior parte destas unidades de instalação. Assim, apesar de este fundo estar há décadas depositado no ANTT, milhares de documentos continuam inacessíveis, o que limita consideravelmente o aprofundamento das análises sobre o século XIX em Portugal.

d) Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças – subfundo Direção Geral de Estatística e Próprios Nacionais

Em 1898, o Ministério da Fazenda criou a Direção Geral de Estatística, organismo que funcionou ininterruptamente até à implantação da República, em 1910. Nesta Direção Geral foram integradas as Comissões Distritais de Estatística, até então dependentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Sugerido pelo conhecido exemplo de Angra do Heroísmo⁶¹, supõe-se que existiu uma comunicação regular entre as diversas Comissões e o Ministério da Fazenda. Supõe-se que esta documentação se encontra perdida, especulando-se sobre o seu paradeiro ou a eventual eliminação.

No entanto, verificou-se que num dos inventários do fundo documental *Ministério da Fazenda/Finanças* consta o envio de mapas distritais de produção agrícola na série *registo do movimento de correspondência (1884-1911)*⁶². Ao consultá-la constatou-se que, de facto, as organizações distritais enviaram informação estatística sobre a produção agrícola, visto que essa informação se encontra devidamente registada. Apresentam-se, a título exemplificativo, alguns casos. No dia 16 de maio de 1891, o Governo Civil do Porto enviou para o Ministério da Fazenda o respetivo mapa de produção agrícola distrital

⁶¹ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 40.

⁶² Inventário L 682(3) do Fundo Documental do *Ministério da Fazenda/Finanças*, 75.

relativo a 1890⁶³. Os *mappas do consumo das carnes verdes no anno de 1890*, remetidos a 23 de julho de 1891 pelo Governo Civil de Santarém⁶⁴. Os mapas expedidos pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo, contendo toda a estatística agrícola daquele distrito⁶⁵.

A documentação do antigo Ministério da Fazenda está integrada no ANTT desde o início dos anos de 1990. Contudo, apesar da notória relevância deste fundo documental, este apenas se encontra parcialmente descrito e tem-se revelado impossível, quer a localização intelectual da documentação, quer o acesso físico direto aos milhares de unidades de instalação do mesmo. Não foram ainda criados instrumentos que permitam localizar os documentos. Desta forma, à semelhança do que se verifica com o fundo do Ministério do Reino, o acesso a esta importante documentação continua, infelizmente, fora do alcance da investigação. As pesquisas já desenvolvidas levam a suspeitar que neste fundo se poderão encontrar estatísticas sobre os mais variados assuntos relacionados com a sociedade e economia oitocentista⁶⁶.

2.2. Arquivos Distritais

Esgotadas as possibilidades de pesquisa nos fundos da administração central que se revelavam mais pertinentes, o foco orientou-se para cada um dos 17 Arquivos Distritais de Portugal Continental⁶⁷, que guardando documentos de organismos intermédios ou locais, poderiam ter informações relevantes sobre a respetiva área de atuação. Não existindo para todos os arquivos distritais instrumentos de acesso aos fundos que guardam, procedeu-se ao contacto com os técnicos de cada um, procurando averiguar se existiam fundos relevantes para a construção de estatísticas regionais de produção agrícola. Para alguns destes arquivos, as informações recebidas, indicavam a existência de séries bastante promissoras, incluídas quase sempre nos fundos dos respetivos Governos Cívicos.

⁶³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 248.

⁶⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 257.

⁶⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 276.

⁶⁶ Encontram-se referências ao envio das mais variadas estatísticas: demográficas, criminais, migratórias ou relacionadas com a assistência social.

⁶⁷ Apenas não foi contemplado o Distrito de Setúbal, criado em 1926. Os distritos dos Arquipélagos Autónomos dos Açores e da Madeira não faziam parte do âmbito do projeto de pesquisa em que a construção destas séries se inseriu.

Assim, a fase seguinte da pesquisa correspondeu à consulta da documentação identificada em cada um destes arquivos distritais do Continente.

De uma forma geral, as séries relevantes estão inseridas numa secção destinada à coordenação das atividades económicas e, em alguns casos, de subsecções relativas à agricultura ou à agropecuária. Por exemplo, no Arquivo Distrital de Guarda, existe uma série documental intitulada *Mapas de Produção Agrícola (1855-1959)*, enquanto que no Arquivo Distrital de Viseu se encontram séries com a designação de *Mapas da colheita de cereais no distrito (1847-1864)*; *Mapas Demonstrativos da produção de Castanhas, Nozes, Amêndoas e Avelãs (1851-1878)*; ou ainda *Mapas Demonstrativos da produção e consumo de cereais e legumes (1849-1878)*.

No caso do Arquivo Distrital de Évora, a subsérie *Mapas de Produção de Géneros (1834-1905)*, incluída na série *Agricultura*, subsecção *Agropecuária*, Secção *Coordenação das atividades económicas* do fundo do *Governo Civil de Évora*, permitiu completar a informação estatística relativa à produção agrícola deste distrito para quase toda a década de 1870, que já tinha sido recolhida nos fundos do ANTT. Por este motivo, o distrito de Évora, a par do distrito de Portalegre, apresenta poucas lacunas nas séries, pelo que se espera que a continuação da investigação permita concluir, com uma elevada percentagem de sucesso, o quadro da produção agrícola distrital eborense da segunda metade do século XIX.

Contudo, em vários distritos as pesquisas revelaram-se praticamente infrutíferas, o que poderá estar relacionado com dois fatores. Por um lado, devido à eliminação da documentação, por incúria humana ou fruto de algum acidente (incêndios ou derrocadas nos edifícios, por exemplo), que criaram lacunas profundas na documentação de alguns distritos. Por outro, como se refere adiante, pelo facto dos fundos dos Governos Civis não se encontrarem ainda devidamente tratados arquivisticamente, o que torna inacessíveis aos investigadores amplos conjuntos documentais.

2.3. Arquivo Histórico da Economia

A documentação histórica do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que, como já mencionado, durante várias décadas coordenou os serviços estatais agrícolas, não se encontra somente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na realidade, o Arquivo Histórico da Economia, devido à incorporação documental proveniente da extinta Secretária-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, também tem fundos de

elevado interesse para a estatística e outros assuntos agrícolas oitocentistas. Assim, neste Arquivo, é de consultar, pelo menos, os fundos da Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria; e da Direcção-Geral de Agricultura.

3. Séries de estatística agrícola regional: obstáculos e possibilidades

3.1. Critérios para uniformização dos dados

Depois de exploradas as fontes disponíveis, o processo de sistematização e análise dos dados exigiu que fossem resolvidos vários problemas. Como referido, o período abrangido por estas séries corresponde a diferentes fases de definição dos critérios e procedimentos de tratamento de dados quantitativos, aos quais se juntam, também, as diferentes condições de conservação e de acesso aos documentos históricos.

a) Produtos agrícolas referidos nas fontes

A sistematização dos dados recolhidos na documentação produzida nos séculos XIX e XX tornou evidente a impossibilidade de incluir na série alguns produtos agrícolas. É de salientar que se no século XX a estatística agrícola em Portugal adquiriu um carácter sistemático e regular, acabou por perder diversidade agrícola relativamente às primeiras recolhas realizadas no século XIX.

Nos mapas produzidos nas cronologias mais recuadas é comum encontrarem-se não só mais variedades de produtos, como também alguns especificamente produzidos em certos locais. É o que ocorre, por exemplo, no Distrito de Faro quando se discrimina a produção de frutos característicos daquela região, que inclui alfarroba, amêndoa e figo⁶⁸. Mais a norte, no Distrito de Leiria, identifica-se a produção de inhame. Além destas especificidades regionais, há um conjunto de produtos que, durante muito tempo ou permanentemente, deixam de estar refletidos nas Estatísticas Agrícolas do INE. É o que se passa com leguminosas (lentilha e tremço), frutos secos (castanha, noz, avelã e amêndoa) ou citrinos (limão e laranja), os quais não voltarão a ser incluídos nas estatísticas oficiais ou

⁶⁸ Em termos biológicos, o figo que é consumido é uma flor e não um fruto, mas por uma questão de convenção cultural manteve-se dentro da categoria de frutos.

apenas o serão em alguns períodos. A ausência sistemática destes produtos nos dados oficiais prejudica a análise das dinâmicas económicas regionais⁶⁹. Resta determinar, em alguns casos, se se tratou de uma mera opção estatística ou se existiu uma perda de biodiversidade agrícola devido à especialização produtiva, decorrente de mudanças de uma agricultura que privilegiava o auto-abastecimento para outra mais vocacionada para satisfazer as solicitações do mercado.

Assim, para construir estas séries regionais de longa duração foi necessário retirar os produtos para que há dados do século XIX, mas para os quais estes não foram recolhidos ou desagregados durante o século XX. Desta forma, as séries acabam por fornecer informações para os produtos que, a partir do século XX, foram considerados pelo Estado como os mais relevantes para a economia⁷⁰ e, como tal, merecedores de recolha e tratamento sistemáticos por parte das entidades oficiais responsáveis pelos serviços de estatística.

b) Conversão de pesos e medidas

As séries estatísticas têm início, como referido, em 1850. Nessa data, o atual sistema métrico decimal ainda não se encontrava em vigor, tendo sido imposto, em 1852, que essa vigência começaria no prazo máximo de dez anos⁷¹. Na realidade, a transição ocorreu passados 8 anos, tornando-se o sistema métrico decimal o único legalmente reconhecido a partir de 1 de janeiro de 1860, no caso de Lisboa, e de 1 de março do mesmo ano para as restantes povoações do Reino⁷². Perante a necessidade de transformar uma década de dados expressos em medidas de Antigo Regime (almudes, alqueires, etc.) nas atuais medidas decimais, recorreu-se a uma tabela de conversão dos pesos e das medidas publicada em 1868⁷³.

Devido à multiplicidade de fontes consultadas, surgiu uma outra necessidade de uniformização, já que algumas apresentam os valores de produção em medidas

⁶⁹ Como exemplo, referira-se que as Estatísticas Agrícolas de 1968 indicam a produção de avelã, mas não de laranja. Já as de 1980 incluem a produção de citrinos, entre muitos outros frutos. Atualmente, o leque de produtos é outra vez bastante alargado, sobretudo com um grande número de hortícolas. A lentilha e o tremoço continuam ausentes.

⁷⁰ Nomeadamente trigo, milho, centeio, arroz, aveia, cevada, fava, feijão, grão-de-bico, batata, vinho e azeite.

⁷¹ Decreto de 13 de dezembro de 1852.

⁷² Decreto de 20 de junho de 1859.

⁷³ Joaquim Fradesso da Silveira, *Mappa das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

de capacidade (hectolitros por exemplo), enquanto outras utilizam medidas de peso. Seguindo o Sistema Internacional, optou-se pela conversão das medidas de capacidade em peso, nomeadamente toneladas, como aliás é seguido também pelo INE. Para tal, recorreu-se a tabelas existentes em diversa bibliografia especializada⁷⁴, que expressam soluções já consensualizadas entre os investigadores.

c) Colmatar lacunas dos dados

Enquanto novas investigações não coletarem os dados em falta, para criar séries contínuas é necessário aplicar métodos que permitam superar as lacunas. Assim, recorreu-se ao método da interpolação linear para colmatar a ausência de determinados valores anuais de produção agrícola. Esta técnica de análise estatística tem sido utilizada frequentemente na historiografia, sobretudo na económica, estando amplamente testada e criticada. Tem sido considerado que, desde que exista uma continuidade temporal suficiente para permitir aferir as tendências subjacentes⁷⁵, a interpolação não afeta os atributos dos dados. Após a extensa pesquisa documental, verificou-se que as lacunas nos dados se concentravam particularmente nas últimas décadas do século XIX. Não foi possível averiguar inteiramente as causas desta falta de dados, mas constata-se que ocorrem no período em que houve mudança na organização da recolha a nível distrital (com a criação das Comissões Distritais de Estatística e do cargo de agrónomo distrital) e com a transferência de competências a nível central para a Direção Geral de Estatística do Ministério da Fazenda. Tendo em conta que por vezes a mudança de competências tem sido acompanhada de uma transferência de documentação, talvez seja possível colmatar boa parte dessas lacunas quando estiverem acessíveis os fundos do Ministério da Fazenda/Finanças depositados no ANTT.

d) Critérios de divisão geográfica

Para apresentar os dados desagregados por região para todo o período considerado (1850-2010), foi necessário proceder à uniformização da unidade

⁷⁴ Nomeadamente, David Justino, *A formação...*, cit., p. 972; e Helder Fonseca, *O Alentejo...*, cit., p. 248-249.

⁷⁵ Método usado, por exemplo, por Pedro Lains e Paulo Silveira e Sousa, “Estatística...”, cit. e Jan Luiten Van Zanden and Bas Van Leeuwen, “Persistent but not consistent: The growth of national income in Holland 1347-1807”, *Explorations in Economic History*, 49, 2 (2012), p. 119-130.

geográfica de representação dos mesmos. Desde a criação da Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino, em 1836, a base territorial de agregação dos dados foi o distrito. Como estas divisões administrativas se mantiveram relativamente estáveis durante os séculos XIX e XX⁷⁶, foi possível tomá-las como referência para construir as séries desagregadas.

Mas, ao fim de mais de 150 anos mantendo o mesmo critério, o INE procedeu a alterações. A primeira ocorreu em 1989, quando os dados passaram a ser apresentados de acordo com as diferentes Regiões Agrárias. Pouco depois, a partir de 2005, em virtude da uniformização imposta pela União Europeia, passou a usar as Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de tipo II (NUTS II).

Assim, uniformizar a base territorial dos dados foi um dos problemas que foi necessário ultrapassar para construir as séries de produção agrícola desagregadas. Para permitir estabelecer a mesma unidade geográfica, que admitisse uma leitura de longa duração, recorreu-se a uma metodologia baseada na utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Resumidamente, o uso de SIG possibilitou identificar as diferenças de área entre as diversas unidades territoriais utilizadas para expressar a produção agrícola regional. Desta forma, tornou-se viável fazer os ajustamentos necessários para adaptar a produção expressa em NUTS II e Regiões Agrárias a Distritos, a unidade que durante mais tempo foi empregue e, por esse motivo, a escolhida.⁷⁷ Como este problema da mudança da representação geográfica dos dados se coloca também para a construção de outras séries temáticas de longa duração, a solução encontrada para as séries regionais de produção agrícola poderá ser replicada para outros casos.

3.2. Possibilidades para continuar a pesquisa

Apesar dos milhares de dados reunidos sobre a produção agrícola nacional e regional entre 1850 e 2020, não só se mantêm algumas lacunas, como também alargar os assuntos que se podem explorar. Tendo em conta as tendências dos

⁷⁶ A principal exceção foi a criação do Distrito de Setúbal em 1926, resultando da desagregação de território que pertencia ao Distrito de Lisboa.

⁷⁷ Para uma descrição detalhada do método usado, ver Cláudia M. Viana, Dulce Freire and Jorge Rocha, "Regional agricultural production statistics for 160 years using the geographic information system and the spatial analytical technique" in P. Kyriakidis, D. Hadjimitsis, D.Skarlatos and A. Mansourian (eds.), *Geospatial Technologies for Local and Regional Development: short papers, posters and poster abstracts of the 22nd AGILE Conference on Geographic Information Science*, Lymassol, Cyprus University of Technology, 2019.

debates académicos em curso, que procuram indagar as condições para o crescimento e o desenvolvimento económico no longo prazo nas diferentes regiões europeias, torna-se pertinente, não só melhorar a qualidade dos dados disponibilizados, como ampliá-los. Neste sentido, para além do que tem vindo a ser referido, apresentam-se algumas indicações que podem ser úteis para continuar a investigação.

a) Revisitar e aumentar as fontes

É necessário encetar novas pesquisas documentais. Nesse sentido, será oportuno, em primeiro lugar, que se procure averiguar o que terá acontecido à documentação produzida pela Direcção-Geral de Estatística, explorando a possibilidade de se encontrar à guarda do ANTT no fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, que, como referido, não está ainda totalmente descrito arquivisticamente⁷⁸. Ainda no ANTT, todos os fundos antes apontados podem ser novamente consultados caso se vise reunir outro tipo de informações, nomeadamente, sobre preços, salários, áreas cultivadas, consumo de géneros agrícolas e quantidades de sementes reservadas para futuras colheitas. Cruzando este tipo de informações, bem como com as já disponíveis relativamente à produção, multiplicam-se as oportunidades de colocar questões e de obter respostas. Tornar-se-á possível, por exemplo, calcular a evolução da produtividade da terra (relação entre área cultivada e a produção) ou da produtividade física de cada cultivo (relação entre a quantidade de semente lançada à terra e a produção).

O mesmo se poderá aplicar aos fundos dos Arquivos Distritais, como se pode verificar na figura 2. É de salientar que o potencial de dados e informações neste tipo de arquivos, sobre distintos assuntos incluindo a agricultura, aumentou imenso recentemente em virtude do depósito da documentação que, aquando da suspensão da atividade dos Governos Cívicos em 2011, ainda se encontrava nos edifícios em que funcionavam estes serviços administrativos. No entanto, o respetivo acesso obedece a procedimentos que facilitam o acesso dos investigadores: apesar de estes fundos já estarem depositados nos respetivos Arquivos Distritais, a consulta depende da prévia autorização da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. Acresce que, ao contrário do que foi anunciado em 2012/2013, este extenso conjunto documental não está ainda devidamente descrito arquivisticamente, o que quase sempre inviabiliza o acesso à documentação, que tantas vezes se tem revelado essencial para o avanço da pesquisa histórica.

⁷⁸ Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 40.

municipal, o que poderá afetar a reconstrução de séries regionais, ou até nacionais, devido à elevada heterogeneidade, quer dos dados existentes, quer do acesso à documentação oferecida pelos diferentes Arquivos Municipais. Adicionalmente, ainda há vários Municípios que não têm um serviço de arquivo devidamente organizado e disponível à investigação, o que exclui os respetivos territórios de análises a partir de um suporte documental local.

Ainda assim, explorar estes arquivos abre amplas possibilidades para conhecer em detalhe as condições agroecológicas, económicas e sociais em que decorreram as atividades agrícolas. Essa pesquisa permitirá também esclarecer melhor os impactos locais das políticas agrárias e, ainda, as tendências do mercado em diferentes momentos do processo de globalização. Estas são explicações necessárias para compreender as diferentes incidências territoriais das dinâmicas que têm atravessado a contemporaneidade.

b) Mudanças na produção agrícola regional

Entre as temáticas agrícolas que se podem explorar, pode salientar-se um aspeto que emerge como particularmente importante nos debates científicos atuais: a biodiversidade agrícola. Como já referido, a recolha de estatísticas agrícolas da segunda metade do século XIX tinha em consideração, tanto produções que deixaram de ser registadas no século XX, como aquelas que têm um carácter mais regional. A figura 3, em que se inclui a produção de figos, amêndoa e alfarroba no Algarve, é um exemplo disso mesmo. Ora, este facto coloca diversas questões que permanecem por esclarecer. Desde logo, será que a supressão na recolha de determinados géneros agrícolas correspondeu a uma perda efetiva da sua importância agrícola ou económica? Em caso afirmativo, será uma consequência de uma especialização produtiva decorrente de uma maior integração da agricultura portuguesa na economia de mercado? Tratou-se apenas de uma opção estatística, por exemplo, para uniformizar os dados a nível nacional, omitindo-se desta forma as especificidades regionais? Considerando esta hipótese, será necessário esclarecer por que decidiram os serviços estatísticos, para mais já numa fase em que estavam profissionalizados, reduzir a recolha desses dados? Estas e outras questões continuam por esclarecer, merecendo o desenvolvimento de diferentes projetos de investigação⁸⁰.

⁸⁰ Algumas dessas questões estão a ser exploradas no âmbito do projeto ReSEED – *Rescuing seed's heritage* <http://reseed.uc.pt/>

Fig. 3 – Estatística agrícola contendo produtos regionais algarvios (1874).

N.º 40

DISTRICTO DE FARO

Mapa da colheita do figo, amendoa alfarroba e preço médio dos mesmos generos no anno de 1874

CONCELHOS	Colheita de					Preço medio da cultura annual			Preço medio no mercado de					OBSERVAÇÕES	
	FIGO		AMENDOAL			ALFARROBA			FIGO		AMENDOAL				ALFARROBA
	Peso de 15 kilogrammas		Decalitros			Peso de 15 kilogrammas			Peso de 15 kilogrammas		Decalitros				Peso de 15 kilogrammas
	Conceudo	Mercedor	Dura	Coca	Molar	Figo	Amendoa	Alfarroba	Conceudo	Mercedor	Dura	Coca	Molar		
Albufeira	18.264	9.182	8.000	650	80	12.023	13 p. %	10 p. %	5 p. %	750	600	350	550	450	200
Alcoutim	416	832	1.230	—	—	620	20 "	10 "	5 "	800	600	230	—	—	—
Aljezur	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Castro-marim	510	1.020	39	—	—	2.568	20 "	10 "	5 "	800	600	—	—	—	250
Faro	500	6.200	1.400	650	270	3.060	20 "	15 "	8 "	1.000	700	350	550	450	200
Lagoa	103.353	11.466	90.185	4.221	12.501	800	15 "	10 "	8 "	750	550	200	550	300	240
Lagos	123.000	34.000	3.800	1.200	1.600	500	25 "	8 "	6 "	750	550	300	600	400	200
Loulé	100	25.000	300	80	110	966.666	22 "	16 "	12 "	900	600	500	800	600	240
Monchique	—	—	—	—	—	3.000	—	—	—	—	—	—	—	—	300
Olhão	3.513	23.466	5.000	4.500	—	3.216	25 "	10 "	6 "	900	600	340	550	—	300
Silves	98.600	27.000	7.655	4.256	2.014	76.810	13 "	10 "	5 "	750	600	500	1.100	700	200
Tavira	2.440	15.249	16.300	13.000	2.350	70.650	20 "	20 "	—	800	600	280	650	300	200
Villa do Bispo	800	700	—	—	—	15	—	—	—	800	700	—	—	—	—
Villa Nova de Portimão	23.000	10.665	480	2.825	420	15.000	25 "	8 "	6 "	650	400	200	650	305	180
Villa Real de Santo Antonio	2.350	4.500	—	309	—	2.480	25 "	13 "	—	800	600	—	900	—	300
	374.226	168.782	65.379	32.121	10.372	1.161.313									
	543.008		116.272												
Colheita em 1873	880.601		80.120		483.315										
Differença	337.996		7.213		981.098										

Governo civil em Faro, 26 de fevereiro de 1875.

O SECRETARIO GERAL
Castodio Joaquim Freire.

Fonte: Beires 1875⁸¹.

Conclusão

Seguindo as tendências da pesquisa europeia, nos últimos anos tem aumentado a quantidade e diversidade de dados estatísticos históricos disponíveis sobre Portugal. O setor agrícola, que abrange a parte mais significativa das atividades da sociedade portuguesa até à segunda metade do século XX, não é exceção. Nas últimas décadas, tem-se assistido à publicação, revisão e ampliação de séries históricas agregadas a nível nacional. A construção das séries de produção agrícola regional apresentadas neste artigo enquadra-se nesse esforço coletivo de disponibilizar dados estatísticos relevantes para a interpretação historiográfica.

Apesar das lacunas apresentadas pela documentação produzida em diferentes períodos, as potencialidades de aprofundamento deste assunto,

⁸¹ José de Beires, *Relatorio apresentado à Juntas Geral do Districto de Faro na sessão ordinaria de 1877: resoluções e consultas da Junta Geral*, Faro, Typ. do Districto de Faro.

assim como o alargamento a outros, continuam a ser imensas. Como se demonstra neste artigo, os dados estatísticos e outras informações contidos nos fundos documentais guardadas nos arquivos públicos oferecem múltiplas possibilidades de pesquisa, sendo passíveis de guardarem dados relevantes para completar estas séries regionais de produção agrícola ou sobre outras temáticas. Ainda que a cabal interpretação dos dados quantitativos não possa dispensar as informações de carácter qualitativo, a exploração das possibilidades de construção de boas séries estatísticas é essencial para produzir conhecimento histórico sólido sobre Portugal.